



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 003/2021**

Tomada de Preços nº 003/2021		Data de Abertura: 12/4/2021 às 14:00	
Objeto			
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação e operacionalização de sistema de cadastro de propriedade rural (ITR). Exclusivo para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.			
Valor Total Estimado da Licitação			
R\$ 38.100,00 (trinta e oito mil e cem reais).			
Visita Técnica	Instrumento Contratual	Tipo	Lic. Exclusiva ME/EPP?
NÃO	CONTRATO	TÉCNICA E PREÇO	SIM
Documentos de Habilitação (Veja item 10)*			
Requisitos Básicos: - SICAF ou CRC - Declaração Unificada		Requisitos Específicos: - Certificado de Registro de PJ - Certificado de Registro de PF - Comprovante de vínculo profissional	

\* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

<b>Reserv. Cota ME/EPP?</b>	<b>Fases</b>	<b>Pedidos de Esclarecimentos</b>	<b>Impugnações</b>
NÃO	1ª de Habilitação, 2ª de Proposta Técnica e 3ª de Proposta Financeira.	Até 5 dias antes da abertura	Até 2 dias antes da abertura
<b>Justificativa do processo</b>			
Justificativa resumida: <u>Busca-se</u> o apoio à fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), na emissão e análise de laudos técnicos e outros. Justifica-se ainda pela necessidade da ferramenta para cumprir o convênio firmado entre o município e a Receita Federal do Brasil – RFB, visando realizar fiscalização, lançamentos de créditos tributários e de cobrança do Imposto Territorial Rural – ITR.			

**Fonte do Recurso: Livre**



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2021**

**1 - PREÂMBULO**

**O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 001/2021, publica para o conhecimento dos interessados, que se encontra instaurada LICITAÇÃO na modalidade de **Tomada de Preços**, tipo **“TÉCNICA E PREÇO”**, que se regerá pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, bem como as Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e suas alterações, Lei Municipal n.º 1994/2015 e Decreto Federal 6.433/2008, conjugadas com as disposições constantes do presente edital e seus anexos e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação.

**RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** impreterivelmente até as **14 horas e 00 minutos** do dia **12 de abril de 2021**, e deverão ser entregues a/ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Sr(a). Natália Becchi Borçatto, nomeado(a) pela Portaria n.º 001/2021, na sala de licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.

A Comissão Permanente de Licitação não se responsabiliza por envelopes que não forem entregues pessoalmente.

**ABERTURA DOS ENVELOPES:** as 14 horas e 00 minutos do dia 12 de abril de 2021.

**FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES:** O Departamento de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, na Avenida Rio Grande do Sul, 130, Centro – na cidade de Dois Vizinhos – PR. O contato pelo fone (46) 3536 8819 e (46) 3536 8800.

**2 – ELEMENTOS INSTRUTORES**

**2.1.** Os envelopes deverão ser entregues aos membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nomeados pela Portaria 001/2021, até a data, horário e local indicado no preâmbulo do presente edital.

**2.2.** São parte integrante deste edital os seguintes elementos instrutores:

- Carta de Credenciamento – **ANEXO I**; (substitui a exigibilidade de uma procuração, deverá estar devidamente assinada pelo responsável legal da empresa e a assinatura com firma reconhecida em cartório).
- Termo de Renúncia – **ANEXO II**;
- Minuta do Contrato – **ANEXO III**;
- Proposta Financeira - **ANEXO IV**;
- Declaração Unificada – **ANEXO V**;
- Pontuação Técnica – **ANEXO VI**.

**2.3.** As empresas participantes deverão verificar o conteúdo dos documentos integrantes do Edital, sendo que decairá do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a PREFEITURA, licitante que não fizer seu pedido até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à abertura dos envelopes com as propostas, nos termos do artigo 41, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8666/93, e suas alterações.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**2.3.1** A(s) impugnação(ões) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: [natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br).

**2.4.** O contrato deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto nº 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.

### 3 – DISPOSIÇÕES INICIAIS e JUSTIFICATIVAS

**3.1.** A presente licitação é realizada na modalidade **Tomada de Preços**, tipo **Técnica e Preço**, de acordo com disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, normas contidas neste Edital e sua minuta de Contrato, anexos, bem como as demais disposições legais cabíveis na espécie.

**3.2.** Serão disponibilizados no site [www.doisvizinhos.pr.gov.br/licitações](http://www.doisvizinhos.pr.gov.br/licitações) qualquer alteração de data e horário, adendo modificar, errata e esclarecimentos é de responsabilidade dos interessados acompanharem neste mesmo site.

**3.3.** Preço: A metodologia adotada para a formação dos valores máximos foi a conjugação de preços, utilizando-se de pesquisa de preços em empresas do ramo pertinente ao objeto e contratos de outros entes governamentais.

**3.4.** Critério: O critério utilizado para balizar o preço, foi a média de preços dentre os orçamentos e contratos de outros entes governamentais da cesta de preços que fazem parte do bojo.

**3.5.** Justifica-se a modalidade e o método de apuração em virtude de que, embora o software possa trazer ferramentas consideradas como padrão, não pode ser deixado de lado as particularidades para conclusão dos serviços a que o programa se destina, como a medição e emissão de laudos e a própria manutenção de estrutura tecnológica, que deve se adequar para atender as exigências do Município.

**3.6.** O Município de Dois Vizinhos celebrou convênio com a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.621, de 29 de outubro de 2008, e pelo Decreto nº 6.770, de 10 de fevereiro de 2010, objetivando firmar a opção pela delegação de competência para o exercício das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

**3.7.** No referido convênio o município se compromete em elaborar e encaminhar anualmente o VTN (Valor da Terra Nua) para a Receita Federal do Brasil alimentar o SIPT (Sistema de Preços de Terras), recentemente disciplinado através da Instrução Normativa RFB 1877, de 14 de março de 2019 e executar a malha fiscal.

**3.8.** Na Norma de Execução Cofis nº 2, de 05 de julho de 2013, regulamenta a utilização da avaliação da Fazenda Pública Municipal para comprovação do VTN nos procedimentos fiscais do ITR.

**3.9.** Aos municípios optantes pelo convênio foram delegadas as seguintes atribuições:



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**3.10.** Intimar os proprietários/possuidores rurais para apresentarem o valor da terra nua (VTN) de seu imóvel, bem como em notificações de lançamento, avisos e outros documentos;

**3.11.** Informar à Secretaria da RFB o valor das terras nuas de seu território para o lançamento de ofício, através de levantamento técnico específico;

**3.12.** Requisitar documentos e dados comprobatórios dos imóveis conforme declarado nas DITR's (Declaração de Apuração do Imposto Territorial Rural);

**3.13.** Instruir e encaminhar à unidade de julgamento da RFB os processos administrativos fiscais, nos casos de impugnação e recursos relativos ao ITR fiscalizado e cobrado sob a égide do Convênio;

**3.14.** Manter estrutura de tecnologia da informação adequada e suficiente para acessar os sistemas da RFB;

**3.15.** Guardar em boa ordem as informações, processos e demais documentos referentes aos procedimentos fiscais em andamento, bem como aos concluídos nos últimos 6 (seis) anos, no caso de a conclusão do trabalho resultar em liberação da DITR sem lançamento de ofício.

#### 4 - DO OBJETO

**4.1.** Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE CADASTRO DE PROPRIEDADE RURAL (ITR). EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	36429	LOCAÇÃO DE SOFTWARE Sistema para cadastro de imóveis rurais: - Sistema desenvolvido e com acesso online, através de cadastramento de senha pessoal e intransferível para o fiscal responsável; - Cadastramento de propriedades rurais com a possibilidade de importação de CAFIR – Cadastro de Imóveis Rurais; - O Cadastramento deverá ser realizado com base no NIRF – Número de Inscrição Receita Federal. - Cadastramento de imóveis rurais, com inserção do polígono definidor de seus limites.	12,00	MES	3.175,00	38.100,00



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Cadastramento de polígono de representação da propriedade possibilitando a geração de cálculo de valor de terra nua;</li><li>- Quanto a geração dos polígonos referente as propriedades rurais deverão observar as seguintes situações: conectividade das linhas, fechamento dos polígonos.</li><li>- o sistema deverá conter o mapa de aptidão agrícola do município gerado através de um levantamento com base nas informações geográficas dos município.</li><li>- deverá haver a limitação das divisas municipais;</li><li>- opção de incluir o ponto sede da propriedade e geração de coordenada geográfica do ponto.</li><li>- O cálculo de valor de terra nua deverá estar com base na Instrução Normativa 1877/2019, contendo o percentual e quantidade de área (em hectares) de cada tipo de aptidão agrícola: Lavoura de aptidão boa, lavoura de aptidão restrita, lavoura de aptidão regular, pastagem plantada, pastagem natural e silvicultura e ainda preservação de fauna e flora.</li><li>- O sistema deverá gerar laudos com referência a data que incide o imposto: 1º de janeiro do ano e possibilitar a emissão dos laudos durante o tempo em que o contrato estiver vigente.</li><li>- Geração de arquivo em PDF com o atestado de valor de terra nua de cada propriedade;</li><li>- Deverá ser possível incluir no cadastro: número de CCIR, CAR, matrícula dos imóveis e diferentes proprietários;</li><li>- Geração de arquivos em PDF ou EXCEL para emissão de relatórios de propriedades rurais cadastradas no sistema;</li><li>- Geração de relatórios por proprietários e número de propriedades;</li><li>- Visualização de mapa do município com as propriedades cadastradas.</li><li>- Visualização de estatísticas de quantidade de propriedades e número</li></ul>				
--	--	--	--	--	--



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	<p>de proprietários que possuem endereço de correspondência diferente do município de propriedade.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Deve ser possível verificar no mapa da propriedade após o desenho do polígono todas as aptidões agrícolas existentes.</li><li>- Controle dos procedimentos fiscais.</li><li>- Inclusão de informações de procedimentos fiscais, como número do NIRF, nome do imóvel, ano do procedimento fiscal, e parâmetro de fiscalização.</li><li>- Controle e rastreio de A.R (Aviso de recebimento) dos correios;</li><li>- Calculadora para ajuste de rebanho com base no índice de ocupação da IN 256/02;</li><li>- Emissão de Termo de Juntada de Aviso de Recebimento- AR para cada etapa de procedimento fiscal;</li><li>- Emissão de encaminhamento de processos (com e sem impugnação) à Receita Federal do Brasil, conforme Norma de Execução Cofis nº 2, de 5 de julho de 2013;</li><li>- Alertas para o controle de prazos dos procedimentos fiscais;</li><li>- Emissão de A.R digital.</li><li>- O sistema deverá possuir verificação de etapa do procedimento fiscal, e alterar de forma automática quando houver recebimento do A.R – Aviso de Recebimento postal.</li><li>- Atendimento à fiscalização de forma não presencial, em horário comercial (das 08 às 18h, de segunda a sexta-feira), por meio síncrono ou assíncrono se o atendimento for realizado no modo assíncrono, a resposta à consulta deverá ocorrer em até 12 horas, observado o horário comercial.</li><li>- Atendimento presencial em horário agendado previamente com o funcionário do município, com regularidade de no mínimo 01 vez a cada 15 (quinze) dias.</li><li>- Todos os custos relativos às visitas técnicas, como por exemplo deslocamentos, refeições e hospedagens, correrão por conta da contratada.</li></ul>				
--	---	--	--	--	--





Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	<ul style="list-style-type: none"><li>- A empresa deverá manter um canal de atendimento para suporte a decisão-análise dos laudos agrônômicos. Emitindo pareceres com informações necessárias para o respaldo do fiscal municipal na decisão.</li><li>- Atendimento ao produtor rural com orientações e missão de laudo de valor de terra nua.</li><li>- Levantar e identificar propriedades que possuem divergências de informações, comparativos dos valores declarados e valores previstos pela aptidão agrícola de localização do imóvel.</li><li>- Realizar levantamento e cruzamento dos dados dos diversos cadastros que as propriedades rurais são submetidas como: CCIR-Certificado de Cadastro Imóvel Rural, CAR-Cadastro Ambiental Rural e CAFIR – Cadastro de Imóvel Rural que são sistematizados criando um banco de dados das propriedades rurais do município.</li><li>- A empresa se responsabiliza pelo envio do valor da Terra Nua anualmente enquanto durar o contrato e apresentação de laudo de avaliação conforme as normativas da Receita Federal.</li><li>- Durante todo o período de contrato a empresa irá orientar a equipe da prefeitura para atender todas as exigências da Receita Federal afim de permanecer com o Convênio do ITR Ativo.</li><li>- Treinamento de utilização do software e consultoria para monitoramento de resultados.</li><li>- Realização de reuniões com contadores;</li><li>- Levantamento do número de imóvel rural junto à Receita Federal – NIRF's inscritos indevidamente em municípios vizinhos;</li><li>- Apoio na fiscalização e orientação da documentação da malha fiscal;</li></ul>				
<b>TOTAL</b>					<b>38.100,00</b>



## **5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**5.1.** Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

1 - Tratar as questões inerentes ao serviço com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

5- Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Executar o objeto de acordo com as orientações do fiscal do contrato;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade do produto ou serviço;
- c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à contratada o direito de indenização;
- d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

6 - Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

## **6 – DA EXECUÇÃO**

**6.1.** Tendo em vista a necessidade do Setor Tributário de contar com mecanismos para apoio a realização da fiscalização e do cumprimento das exigências da Receita Federal do Convênio do ITR – Imposto Territorial Rural, ressaltamos que o um único sistema deverá contemplar tanto o cadastramento dos imóveis rurais e ainda o controle dos procedimentos fiscais como segue:

**6.2.** Sistema para cadastro de imóveis rurais:

a) Sistema desenvolvido e com acesso online, através de cadastramento de senha pessoal e intransferível para o fiscal responsável;





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

- b) Cadastramento de propriedades rurais com a possibilidade de importação de CAFIR – Cadastro de Imóveis Rurais;
- c) O Cadastramento deverá ser realizado com base no NIRF – Número de Inscrição Receita Federal.
- d) Cadastramento de imóveis rurais, com inserção do polígono definidor de seus limites.
- e) Cadastramento de polígono de representação da propriedade possibilitando a geração de cálculo de valor de terra nua;
- f) Quanto a geração dos polígonos referente as propriedades rurais deverão observar as seguintes situações: conectividade das linhas, fechamento dos polígonos.
- g) o sistema deverá conter o mapa de aptidão agrícola do município gerado através de um levantamento com base nas informações geográficas dos municípios.
- h) deverá haver a limitação das divisas municipais;
- i) opção de incluir o ponto sede da propriedade e geração de coordenada geográfica do ponto.
- j) O cálculo de valor de terra nua deverá estar com base na Instrução Normativa 1877/2019, contendo o percentual e quantidade de área (em hectares) de cada tipo de aptidão agrícola: Lavoura de aptidão boa, lavoura de aptidão restrita, lavoura de aptidão regular, pastagem plantada, pastagem natural e silvicultura e ainda preservação de fauna e flora.
- k) O sistema deverá gerar laudos com referência a data que incide o imposto: 1º de janeiro do ano e possibilitar a emissão dos laudos durante o tempo em que o contrato estiver vigente.
- l) Geração de arquivo em PDF com o atestado de valor de terra nua de cada propriedade;
- m) Deverá ser possível incluir no cadastro: número de CCIR, CAR, matrícula dos imóveis e diferentes proprietários;
- n) Geração de arquivos em PDF ou EXCEL para emissão de relatórios de propriedades rurais cadastradas no sistema;
- o) Geração de relatórios por proprietários e número de propriedades;
- p) Visualização de mapa do município com as propriedades cadastradas.
- q) Visualização de estatísticas de quantidade de propriedades e número de proprietários que possuem endereço de correspondência diferente do município de propriedade.
- r) Deve ser possível verificar no mapa da propriedade após o desenho do polígono todas as aptidões agrícolas existentes.

### **6.3. Controle dos procedimentos fiscais.**

- a) Tendo em vista que o Portal ITR, possui limitações para o controle dos procedimentos fiscais, é necessário que a Prefeitura possa ter um sistema que facilite o controle e emissão de documentos para a fiscalização efetiva.
- b) Inclusão de informações de procedimentos fiscais, como número do NIRF, nome do imóvel, ano do procedimento fiscal, e parâmetro de fiscalização.
- c) Controle e rastreio de A.R (Aviso de recebimento) dos correios;
- d) Calculadora para ajuste de rebanho com base no índice de ocupação da IN 256/02;
- e) Emissão de Termo de Juntada de Aviso de Recebimento- AR para cada etapa de procedimento fiscal;
- f) Emissão de encaminhamento de processos (com e sem impugnação) à Receita Federal do Brasil, conforme Norma de Execução Cofis nº 2, de 5 de julho de 2013;
- g) Alertas para o controle de prazos dos procedimentos fiscais;



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

h) Emissão de A.R digital.

i) O sistema deverá possuir verificação de etapa do procedimento fiscal, e alterar de forma automática quando houver recebimento do A.R – Aviso de Recebimento postal.

**6.4.** Além do sistema contendo as exigências acima a empresa deverá prestar os seguintes serviços:

a) Atendimento à fiscalização de forma não presencial, em horário comercial das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, por meio síncrono ou assíncrono se o atendimento for realizado no modo assíncrono, a resposta à consulta deverá ocorrer em até 12:00 horas, observado o horário comercial.

b) Atendimento presencial em horário agendado previamente com o funcionário do município, com regularidade de no mínimo 1 vez a cada 15 (quinze) dias.

c) Todos os custos relativos às visitas técnicas, como por exemplo deslocamentos, refeições e hospedagens, correrão por conta da contratada.

d) A empresa deverá manter um canal de atendimento para suporte a decisão-analise dos laudos agrônômicos. Emitindo pareceres com informações necessárias para o respaldo do fiscal municipal na decisão.

e) Atendimento ao produtor rural com orientações e emissão de laudo de valor de terra nua.

f) Levantar e identificar propriedades que possuem divergências de informações, comparativos com os valores declarados e valores previstos pela aptidão agrícola e localização do imóvel.

g) Realizar levantamento e cruzamentos dos dados nos diversos cadastros que as propriedades rurais são submetidas como: CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, CAR - Cadastro Ambiental Rural e CAFIR- Cadastro de Imóvel Rural que são sistematizados criando um banco de dados das propriedades rurais do município.

h) A empresa se responsabiliza pelo envio do Valor de Terra Nua anualmente enquanto durar o contrato e apresentação de laudo de avaliação conforme as normativas da Receita Federal.

i) Durante todo o período de contrato a empresa irá orientar a equipe da Prefeitura para atender todas as exigências da Receita Federal a fim de permanecer com o Convênio do ITR ativo.

j) Treinamento de utilização do software e consultoria para monitoramento de resultados.

k) Trabalho de levantamento de informações dos proprietários bem como as declarações do ITR;

l) Realização de reuniões com contadores;

m) Levantamento do Número de Imóvel Rural junto à Receita Federal - NIRF's inscritos indevidamente em municípios vizinhos;

n) Apoio na fiscalização e orientação da documentação da malha fiscal.

## **7 - DAS RESTRIÇÕES**

**7.1.** Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

**a)** proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**b)** estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



c) enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda;

d) que estejam sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

e) empresas que não estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou seja, inaptas a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.

## 8 - FASES DA LICITAÇÃO

8.1. Esta licitação será realizada em três fases, sendo:

- \*a 1ª (primeira) de Habilitação,
- \*a 2ª (segunda) de Proposta Técnica e
- \*a 3ª (terceira) Proposta Financeira.

8.2. Todos os documentos deverão ser entregues em envelopes, fechados e indevassáveis, devidamente identificados.

## 9 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

9.1. Os envelopes contendo os documentos relativos às fases desta licitação terão a seguinte apresentação (endereçamento):

### a) ENVELOPE DE HABILITAÇÃO:

HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 01  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2021  
CNPJ nº .....

### b) ENVELOPE DA PROPOSTA TÉCNICA

PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE Nº 02  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2021  
CNPJ nº .....

### c) ENVELOPE DA PROPOSTA FINANCEIRA:

PROPOSTA FINANCEIRA – ENVELOPE Nº 03  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2021  
CNPJ nº .....

## 10 - FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, dentro do **ENVELOPE Nº 01**, os seguintes documentos dentro dos respectivos prazos de validade:

10.1.1 **SICAF** em plena validade ou **Certificado de Registro Cadastral**, emitido pela Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, em plena validade. A listagem dos documentos necessários ao cadastro poderá ser obtida no endereço eletrônico [www.doisvizinhos.pr.gov.br](http://www.doisvizinhos.pr.gov.br), na guia Licitações e Propostas, Chamamento 001/2021.



**10.1.2 Certificado de Registro de Pessoa Jurídica** emitido pela entidade de classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do(s) responsável(is) técnico(s) registrado(s).

**10.1.3 Certificado de Registro de Pessoa Física** (com atribuição para o objeto licitado) emitido pela entidade de classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.

**10.1.4 Comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s)** indicado(s) na Declaração Unificada, pertence(m) ao quadro da empresa na data da abertura da licitação. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de uma proponente.

a) Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, com identificação da empresa.

b) Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma ou feita através da cópia ata da assembleia de sua investidura no cargo.

c) Se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de Prestação de Serviço.

**10.1.5 Declaração Unificada** (conforme modelo – Anexo V);

## **Outros Documentos – Fora do Envelope 1**

**10.1.6 Termo de Renúncia** (caso a empresa queira renunciar o direito ao prazo recursal), conforme modelo anexo, devidamente preenchido, carimbado e assinado pelo responsável legal da proponente - **ANEXO II**.

Obs: Todos os documentos impressos devem preferencialmente ser em papel reciclável.

## **10.2. DISPOSIÇÕES GERAIS REFERENTES AOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA PARTICIPAÇÃO:**

**10.2.1.** Aos interessados em participar no certame licitatório fica exigido o cadastramento ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, nos termos do §2º do art. 22 da 8.666/93.

**10.2.2.** Tanto para o SICAF quanto para o Certificado de Registro Cadastral estes serão válidos se todos os documentos ali elencados estiverem com suas validades vigentes, caso não esteja, será necessário apresentar a documentação atualizada, acompanhando o SICAF ou Certificado de Registro Cadastral, inseridas dentro do Envelope n.º 01, no ato de abertura da licitação.



**10.2.3.** Os documentos que não apresentarem em seu teor, a data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidos até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública desta Tomada de Preços.

**10.2.4.** O documento citado no item, **8.1.6 (TERMO DE RENÚNCIA – Anexo II)** poderá ser anexado ao envelope n.º 01 juntamente com a documentação exigida no item **10.1** deste instrumento ou ser entregue durante a sessão de abertura quando solicitado pela comissão permanente de licitação.

**10.2.5.** A comissão de licitações consultará o cadastro de fornecedores da Prefeitura de Dois Vizinhos, sempre que o licitante houver deixado de apresentar ou houver dúvidas sobre qualquer documento exigido no edital. Se o documento encontrar-se no cadastro e estiver apto, o licitante será considerado habilitado.

**10.2.6.** Se o **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;

**10.2.6.1.** Se o **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto àqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.

**10.2.7.** Todos os documentos solicitados neste edital deverão ser apresentados em original ou por cópias xerográficas devidamente autenticadas, por cartório ou servidor público municipal, e estarem em plena validade até a data de abertura da licitação.

**10.2.8.** Não serão aceitos documentos que contenham corretivos, que estejam ilegíveis, com borrões e rasuras. A proponente poderá ser inabilitada ou desclassificada do certame.

## 11 - PROPOSTA TÉCNICA

**11.1.** Deverão constar na PROPOSTA TÉCNICA – **ENVELOPE Nº 02** os seguintes elementos:

**11.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, (que não a própria licitante-empresa) de acordo com o inciso II, §1º do Art. 30 da Lei nº 8.666/93, de haver o(s) profissional(is) técnico(s) executado serviços de característica semelhante/similar ou superior ao objeto licitado.

Obs. Atestado deverá conter o detalhamento técnico dos Programas atendendo a todos os Itens e Especificações do Objeto.

**11.1.2 Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, (que não a própria licitante-empresa) de acordo com o inciso II, §1º do Art. 30 da Lei nº 8.666/93, de haver o(s) profissional(is) técnico(s) executado serviços de característica semelhante/similar ou superior ao objeto licitado.

Obs. Atestado deverá conter locação de sistema de cadastramento de imóveis.

**11.1.3 Certidão(ões) de acervo(s) técnico(s) profissional(is)** que ateste(m) a execução de **emissão de laudo de valor de terra nua**, emitido pela entidade de classe,



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

para pessoa jurídica de direito público ou privado, de acordo com o Art. 30, II e §1º, I, da Lei nº 8.666/93, profissional este que será o responsável técnico pela empresa.

**11.1.4 Certificado de Registro de Pessoa Jurídica** emitido pela entidade de classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do(s) responsável(is) técnico(s) registrado(s).

**11.1.5 Apresentação dos Sistemas**, será verificado de acordo com os itens constantes do Anexo VI - Pontuação Técnica.

**11.2.** A definição dos pontos da proposta técnica da proponente será feita através do somatório das pontuações, respeitando-se os limites de pontuação máxima, atribuída de acordo com os itens constantes do Anexo VI - Pontuação Técnica.

**11.3.** A pontuação técnica será efetuada pela Comissão Especial nomeada para este processo pela Portaria 016/2021.

**11.4.** Cada item será analisado e atribuído pontuação de zero ao máximo definido para cada quesito conforme Análise Técnica.

**11.5.** Na data da abertura do envelope nº 2 será efetuado a apresentação dos sistemas para a comprovação da pontuação técnica.

11.5.1 Quando da apresentação dos sistemas, após divulgada a classificação, a comissão convocará as licitantes por ordem de classificação para demonstração do software.

**11.6 DEMONSTRAÇÃO DE SOFTWARE:** Para a demonstração dos softwares e aplicativos, a licitante deverá trazê-los na data e hora definidos pela comissão de licitações, utilizando equipamentos próprios necessários à apresentação, mediante agendamento por ordem de classificação.

11.6.1 A demonstração dos softwares aplicativos, que será submetida à apreciação de uma Comissão Técnica de Avaliação, indicada e nomeada exclusivamente para esta finalidade, composta por funcionários da Prefeitura Municipal e/ou de suas secretarias devidamente qualificados (técnicos de informática e das áreas afins), tem a finalidade de comprovar todas as respostas assinaladas no questionário das especificações técnicas exigidas, integrantes do anexo de pontuação técnica deste edital, tendo a proponente o prazo máximo de 04h00min para a referida demonstração;

11.6.2 A Comissão Técnica de Avaliação poderá, durante a demonstração dos softwares aplicativos, intervir ou não, com questionamentos e pedidos de esclarecimentos, o que a empresa licitante deverá, através do(s) expositor(es), responder de imediato;

11.6.3 A Comissão Técnica promoverá a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.





11.6.4 Quando todos os licitantes tiverem suas propostas desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para uma nova demonstração do software esboçadas das causas da desclassificação.

11.6.5 O resultado do julgamento da PROPOSTA DE TÉCNICA será repassado a Comissão de Licitações após o encerramento desta fase dos trabalhos, o que poderá ocorrer na mesma data da abertura dos respectivos envelopes da proposta de preços ou em nova data, a ser definida pela Comissão de Licitações.

11.6.6 A empresa que tiver algum item zerado na proposta técnica estará desclassificada.

11.6.7 Em cada fase do julgamento, é direito da Comissão, bem como da Autoridade Superior, realizar diligências visando esclarecimentos sobre a documentação e as propostas e ainda, realizar tantas sessões quantas forem necessárias.

11.6.8 Ao término de cada sessão a Comissão lavrará ata específica, na qual constarão registros da documentação e propostas recebidas e abertas, as propostas não abertas e devolvidas, as decisões proferidas no momento e demais ocorrências da reunião, devendo a mesma ser assinada pelos presentes, ou seja, os representantes legais das proponentes, pela Subcomissão Técnica e pela Comissão Permanente de Licitações presentes.

11.6.9 Encerrada cada fase, somente se passará a fase seguinte depois de decorrido o prazo recursal, ou após o julgamento de eventual recurso, ou ainda, havendo renúncia expressa do direito de recurso.

**11.7.** A comissão especial será composta por membros do setor de Informática e setores com acesso e conhecimento dos tramites já realizados.

**11.8.** Havendo necessidade, a comissão especial irá determinar datas para cada procedimento.

### **11.9. DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA**

Obtida a Pontuação Técnica (PT) de cada um dos sistemas propostos será efetuado o cálculo da Nota Técnica (NT), aplicando-se a seguinte fórmula:

NT = (NTA / MNTA) x 100, onde:

NT = Nota técnica

NTA = Nota Técnica a ser analisada

MNTA = Melhor Nota Técnica Apresentada

**11.10 Termo de Renúncia** (caso a empresa queira renunciar o direito ao prazo recursal), conforme modelo anexo, devidamente preenchido, carimbado e assinado pelo responsável legal da proponente - **ANEXO II**.

## **12 - PROPOSTA FINANCEIRA**

**12.1.** No **ENVELOPE Nº 03**, deverá constar os seguintes documentos impressos:

**12.2.** Deverão estar consignados na especificação detalhada do objeto, de acordo com as exigências constantes do edital e anexos, atendendo aos seguintes requisitos:



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

- a) dados cadastrais completos;
- b) indicação obrigatória de preço unitário expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;
- c) indicação do representante legal que firma a proposta e sua assinatura;

**12.3.** Juntamente com a proposta de preços as licitantes deverão apresentar declaração, que os preços expressos na proposta apresentada contemplam os preços compatíveis aos praticados no mercado local/regional atualmente.

**12.4.** As Empresas licitantes deverão cotar preço Unitário sendo que deverá computar, no preço que ofertar, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes das legislações trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.

**12.5.** O preço unitário ofertado deverá ser equivalente ao praticado no mercado, na data da apresentação da proposta.

**12.6.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sua apresentação.

**12.7.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.

**12.8.** A apresentação da proposta implicará, por si só, na aceitação tácita de todas as cláusulas deste edital e dos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e da Lei Federal nº 8.666/93 no que couber, e demais normas suplementares aplicáveis.

#### **12.9. DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Tendo a comissão analisado os valores, classificara os participantes quanto a sua nota de preços, sendo:

$NP = (MP / PPA) \times 100$ , onde:

NP = Nota de Preço

MP = Menor Preço das Propostas Financeiras apresentadas

PPA= Preço da Proposta

**12.10.** Será considerada vencedora a licitante que atender a todas as condições do Edital e obtiver a maior pontuação apurada pela Nota Final (NF), de acordo com a seguinte fórmula:

$NF = (NT \times 6) + (NP \times 4)$  onde:

NF = Nota Final

NT = Nota Técnica

6,0 = peso da Nota Técnica

NP = Nota de Preço

4,0 = peso da Nota de Preço

**12.11.** Havendo empate na nota final será considerada a vencedora a empresa que tiver melhor pontuação técnica.



**12.12. Termo de Renúncia** (caso a empresa queira renunciar o direito ao prazo recursal), conforme modelo anexo, devidamente preenchido, carimbado e assinado pelo responsável legal da proponente - **ANEXO II**.

## 13 - DO CREDENCIAMENTO

**13.1.** Para o credenciamento - Se procurador: Instrumento público ou particular de procuração este último poderá ser substituído pela Carta de Credenciamento - **ANEXO I**; (substitui a exigibilidade de uma procuração), deverá estar devidamente assinada pelo responsável legal da empresa, devendo constar o nome da empresa outorgante e também o nome do outorgado, constando ainda a indicação de amplos poderes, juntamente com o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, o credenciado deverá apresentar-se munido do documento oficial de identificação.

**13.1.1.** Será admitido apenas um representante por empresa, o qual deverá estar munido de cédula de identidade, bem como somente se **admitirá representar uma licitante**.

**13.2.** Caso a credencial não tenha sido assinada por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no CRC (Certificado de Registro Cadastral) ou no Ato Constitutivo, a mesma deverá vir acompanhada de procuração que conceda poderes ao signatário da Credencial.

**13.3.** A ausência de credencial ou procuração não é motivo para inabilitar a licitante, todavia, impede a manifestação do representante não credenciado no curso do processo licitatório.

**13.4.** A **Carta de Credenciamento – Anexo I**, deverá ser entregue à comissão de licitação no ato de entrega dos envelopes contendo as documentações e propostas, ou ainda no momento da abertura do certame licitatório, para que o responsável citado no credenciamento possa acompanhar o processo de classificação e julgamento.

## 14 - DO PROCEDIMENTO

**14.1.** Os envelopes de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta Financeira serão recebidos no Departamento de Licitações, da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, no dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital.

**14.2.** Recebidos os envelopes, na data e horário aprazado, a Comissão de Licitação passará a fase de habilitação;

**14.3.** Após a abertura dos envelopes referentes à documentação, cada um dos documentos será rubricado pela Comissão e pelos licitantes presentes.

**14.4.** Posteriormente ao aludido nos itens acima, a Comissão, se possível, decidirá sobre a habilitação dos concorrentes, caso contrário, analisará os documentos e do resultado, será dada ciência aos interessados através de publicação no Órgão Oficial do Município, também podendo ser utilizado a comunicação com os interessados via e-mail.

**14.5.** Em caso de inabilitação, o licitante terá o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação ou da lavratura da ata ou da publicação do ato.



**14.6.** Ocorrendo qualquer incidente que importe em recurso, após a abertura dos envelopes da fase de habilitação, até o julgamento do mesmo, os envelopes contendo os documentos de Proposta Técnica e Proposta Financeira serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes, os quais ficarão mantidos fechados, sob a guarda do(a) Presidente da comissão.

**14.7.** Ao declarado inabilitado, serão devolvidos fechados os envelopes referentes à Proposta Técnica e Financeira, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

**14.8.** Em qualquer fase desta licitação, havendo a renúncia expressa de todos os licitantes quanto ao direito de recurso nos termos do Artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, a mesma poderá prosseguir com a prática dos atos subsequentes.

**14.9.** Após a fase de habilitação, a Comissão abrirá e apreciará o conteúdo dos envelopes atinentes as Propostas Técnicas e Financeiras dos licitantes habilitados, rubricando, juntamente com os presentes, cada uma das folhas apresentadas.

**14.10.** Após a primeira fase (habilitação) não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente formalizado e aceito pela Comissão.

**14.11.** Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes, procedida à abertura dos demais envelopes, não caberá desclassificação por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fato superveniente e aceito pela Comissão.

## **15 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

**15.1.** Respeitados todos os Tramites serão confeccionadas as notas:

**15.2.** Será considerada vencedora do processo licitatório, a empresa proponente que atingir a maior Nota Final, obtida através das fórmulas abaixo:

$$NF = (NT) + (NP)$$

Onde: NF = Nota Final

NT = Nota Técnica

NP = Nota Preços

**15.3.** Será considerada vencedora a licitante que atender a todas as condições do Edital e obtiver a maior pontuação apurada pela Nota Final (NF) definida acima.

**15.4.** A classificação será por ordem decrescente da maior Nota Final (NF), de acordo com os critérios previstos neste Edital.

## **16 - DO JULGAMENTO**

**16.1.** O julgamento da presente licitação compreenderá três fases distintas:

\*a primeira que se iniciará com a abertura do Envelope de n.º 01, relativo aos documentos de habilitação e;

\*a segunda que se iniciará, com a abertura do Envelope de n.º 02, contendo as propostas técnicas e apresentação dos softwares (conforme definido pela comissão) e;



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

\*após com a abertura do Envelope de n.º 03, contendo as propostas financeiras.

**16.2.** Para julgamento das propostas poderá a Comissão solicitar pareceres técnicos das áreas pertinentes, efetuar vistorias às instalações dos licitantes, acompanhado de técnicos sendo a verificação a seu exclusivo critério, ou outras diligências julgadas necessárias.

**16.3.** Poderá a Administração conceder prazo conforme estabelecido no art. 48, § 3º da Lei 8.666/93 e alterações, quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas.

**16.4.** Em caso de inabilitação de todos os licitantes ou todas as propostas forem desclassificadas a Administração fixará novo prazo para apresentação de documentação na forma do inciso 3º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **17 - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE**

**17.1.** Havendo empate na nota final, será considerada a vencedora a empresa que tiver melhor pontuação técnica.

**17.5.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do artigo 3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

#### **18 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**18.1.** Dos atos da Administração decorrentes do procedimento licitatório cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei 8.666/93.

**18.2.** Os recursos devem observar os seguintes requisitos:

a) serem devidamente fundamentados;

b) conter a assinatura do Representante Legal da recorrente ou de seu procurador devidamente habilitado;

c) serem protocolados diretamente à Comissão Permanente de Licitações, dentro do prazo legal;

d) O recurso poderá ser protocolado no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos ou enviado pelo endereço: [natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br) e dirigido ao(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** da data da respectiva intimação.

**18.3.** Os requisitos constantes no item acima também serão aplicados aos pedidos de esclarecimentos e impugnações feitas ao edital.

#### **19 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**19.1.** Encerrada a fase de julgamento, a Comissão classificará a proposta mais vantajosa do objeto ao licitante vencedor e encaminhará o processo ao senhor Prefeito Municipal para que o homologue e adjudique.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**19.2.** O Prefeito se reserva ao direito de, a qualquer tempo, revogar ou anular o presente processo licitatório, por razões de interesse público advindas de fato superveniente devidamente comprovado ou por atos ilegais durante o procedimento Licitatório.

## **20 - DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

**20.1.** Esgotados os prazos e as instâncias recursais na forma do Artigo 109 da Lei régia, o licitante cuja proposta foi homologada como vencedora, será convocado para celebrar o contrato que integra esta licitação, mediante comunicação expressa, devendo fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que receber a comunicação.

**20.2.** Nos termos do inciso 2º do art. 64 da Lei 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independentemente da combinação estabelecida pelo art. 81 da legislação citada.

**20.3.** Ao vencedor do certame que se recusar a assinar contrato, serão aplicadas as sanções legais cabíveis, de acordo com o artigo 81 da Lei 8.666/93.

**20.4.** O Contrato celebrado a partir desta licitação, em caso de inexecução total ou parcial, poderá ser rescindido com base no artigo 77 e de acordo com o Artigo 78 e seguintes da Lei 8.666/93, a critério da Administração.

## **21 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**21.1.** A gestão e acompanhamento do contrato é de responsabilidade da(o) Secretária(o) da pasta da Secretaria de Administração e Finanças.

**21.2.** A fiscalização da execução do contrato será realizada nos termos da Lei 8.666/93, a responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços será (o) a Sr(a). Sandra Maria Nicaretta, sendo nomeado(a) como suplente (o) a Sr(a). Romoaldo Nicolodi.

## **22 - DOS VALORES E PAGAMENTOS**

**22.1.** O valor máximo da licitação será de **R\$ 38.100,00 (trinta e oito mil e cem reais)**.

**22.2.** O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceitação da nota fiscal pelo Departamento de Compras.

Deverá constar na Nota Fiscal:

1. Número Licitação;
2. Número Contrato;
3. Número Aditivo/apostilamento (se houver);
4. Recebimento conforme Decreto 16926/2021;
5. Especificar (emitir relatório de local onde foi destinado);
6. Anexos para todas as notas: Todas as negativas fiscais mais CNDT.

**22.3.** A data para entrega das Notas Fiscais será até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, após esta data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente.





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**22.4.** Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro rata tempore” do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE).

**22.5.** A licitante vencedora deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, possuindo somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC. O custo atual varia entre R\$ 8,00 (oito reais) a R\$ 10,00 (dez reais) por operação.

**22.6.** O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data limite para apresentação da proposta (será considerada a data da abertura da licitação), pela variação do IPCA-IBGE.

**22.7.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## **23 - DOS PRAZOS**

**23.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração Municipal, nos termos do art. 57, inciso IV da Lei Federal 8666/93, por até 48 (quarenta e oito) meses.

**23.4.** O objeto desta licitação, deverá ser disponibilizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do momento da assinatura do contrato.

## **24 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**24.1** Efetuar o pagamento ajustado.

**24.2** Dar à CONTRATADA as condições necessárias a garantir execução do contrato.

## **25 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**25.1.** As despesas resultantes desta licitação correrão por conta de dotação orçamentária própria.

DOTAÇÃO			
Exercício da Despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
2021	01760	06.001.04.122.0003.2025	00000

## **26 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**26.1.** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto registrado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à prefeitura do município, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V - A licitante vencedora que deixar de celebrar a ata, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata e das demais cominações legais;

**26.2.** As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

**26.3.** A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

**26.4.** A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pela empresa detentora do registro de preços, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**26.5.** Com fundamento no artigo 154 da lei estadual nº 15.608/2007, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.

**26.6.** Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar justificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.



**26.7.** Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

**26.8.** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

## **27. CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**27.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480 de 30 de julho de 2020.

**27.2.** Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou



g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

**27.3.** Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental: A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

## **28 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**28.1.** Esta licitação poderá ser revogada ou anulada, nos termos do artigo 49 da Lei Régia.

**28.2.** Não serão admitidas nesta licitação empresas que estiverem impedidas de licitar.

**27.3.** A apresentação de proposta significa a aceitação dos termos desta licitação e vincula as partes nos termos do diploma jurídico que a rege.

**27.4.** Os documentos dos licitantes inabilitados e não retirados no prazo de 30 (trinta) dias serão inutilizados.

**27.5.** Esta licitação será processada e julgada com a observância do contido na Lei Federal 8.666/93.

**27.6.** Caso a licitante vencedora desta licitação tenha sua sede localizada fora do município de Dois Vizinhos, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) será retido na fonte quando do pagamento das respectivas parcelas, de acordo com a legislação municipal vigente. Em caso de licitante vencedora possuir sede no município de Dois Vizinhos deverá a mesma cumprir as obrigações tributárias relativas ao ISSQN previstas na legislação vigente.

**27.7.** Este Edital está à disposição dos interessados no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, situada na Avenida Rio Grande do Sul, 130 - centro, na cidade de Dois Vizinhos, telefone 046 - 3536 8848, também no site [www.doisvizinhos.pr.gov.br](http://www.doisvizinhos.pr.gov.br).

Dois Vizinhos - PR, 9 de março de 2021.

**Luis Carlos Turatto**  
Prefeito

**Natália Becchi Borçatto**  
Presidente



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## ANEXO I – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

### A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Pela presente, credenciamos o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, e da Cédula de Identidade sob n.º \_\_\_\_\_ a  
participar do procedimento licitatório, sob a modalidade **Tomada de Preços nº 003/2021**, instaurado por este Município.

Na qualidade de representante legal da: (*razão social da licitante*)  
\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes,  
o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura devidamente identificada do Responsável legal da licitante**  
**(Apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).**

**NOTA (\*): APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES, NO INÍCIO DA SESSÃO – ACOMPANHADO POR DOCUMENTO DE IDENTIDADE.**



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## ANEXO II – MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA

### À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade de **Tomada de Preços sob o nº 003/2021**, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a empresa que representa que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou:

- 1- Os documentos de habilitação contidos no (envelope nº 01); RENUNCIANDO, expressamente, ao direito de recurso da fase habilitatória e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes da próxima fase dos proponentes habilitados.
- 2- Os documentos e a proposta técnica contidos no (envelope nº 02), RENUNCIANDO, expressamente, ao direito de recurso desta fase e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes dos proponentes classificados.
- 3- A proposta financeira contida no (envelope nº 03), RENUNCIANDO, expressamente, ao direito de recurso desta fase e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório.

\_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Responsável Legal da Empresa

NOTA (\*): APRESENTAR DENTRO DO ENVELOPE 1 – HABILITAÇÃO OU ENTREGAR DURANTE A SESSÃO DE ABERTURA QUANDO SOLICITADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.





## ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

### CONTRATO n.º ...../2021

O **MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.205.640/0001-08, com endereço na Avenida Rio Grande do Sul, 130, centro, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, representado por seu Prefeito Municipal senhor Luis Carlos Turatto, residente e domiciliado nesta cidade, a seguir denominado CONTRATANTE, e de outro lado como CONTRATADA, a \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, com endereço a Rua/Avenida \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, Telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_ neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, portador do RG n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, têm justos e contratados as seguintes cláusulas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO**

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE CADASTRO DE PROPRIEDADE RURAL (ITR). EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

#### **Parágrafo Primeiro**

Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de **TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2021**, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

#### **Parágrafo Segundo**

O contrato deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto n.º 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO**

Tendo em vista a necessidade do Setor Tributário de contar com mecanismos para apoio a realização da fiscalização e do cumprimento das exigências da Receita Federal do Convênio do ITR – Imposto Territorial Rural, ressaltamos que o um único sistema deverá contemplar tanto o cadastramento dos imóveis rurais e ainda o controle dos procedimentos fiscais como segue:

#### **Parágrafo Primeiro**

Sistema para cadastro de imóveis rurais:

a) Sistema desenvolvido e com acesso online, através de cadastramento de senha pessoal e intransferível para o fiscal responsável;



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

- b) Cadastramento de propriedades rurais com a possibilidade de importação de CAFIR – Cadastro de Imóveis Rurais;
- c) O Cadastramento deverá ser realizado com base no NIRF – Número de Inscrição Receita Federal.
- d) Cadastramento de imóveis rurais, com inserção do polígono definidor de seus limites.
- e) Cadastramento de polígono de representação da propriedade possibilitando a geração de cálculo de valor de terra nua;
- f) Quanto a geração dos polígonos referente as propriedades rurais deverão observar as seguintes situações: conectividade das linhas, fechamento dos polígonos.
- g) o sistema deverá conter o mapa de aptidão agrícola do município gerado através de um levantamento com base nas informações geográficas dos municípios.
- h) deverá haver a limitação das divisas municipais;
- i) opção de incluir o ponto sede da propriedade e geração de coordenada geográfica do ponto.
- j) O cálculo de valor de terra nua deverá estar com base na Instrução Normativa 1877/2019, contendo o percentual e quantidade de área (em hectares) de cada tipo de aptidão agrícola: Lavoura de aptidão boa, lavoura de aptidão restrita, lavoura de aptidão regular, pastagem plantada, pastagem natural e silvicultura e ainda preservação de fauna e flora.
- k) O sistema deverá gerar laudos com referência a data que incide o imposto: 1º de janeiro do ano e possibilitar a emissão dos laudos durante o tempo em que o contrato estiver vigente.
- l) Geração de arquivo em PDF com o atestado de valor de terra nua de cada propriedade;
- m) Deverá ser possível incluir no cadastro: número de CCIR, CAR, matrícula dos imóveis e diferentes proprietários;
- n) Geração de arquivos em PDF ou EXCEL para emissão de relatórios de propriedades rurais cadastradas no sistema;
- o) Geração de relatórios por proprietários e número de propriedades;
- p) Visualização de mapa do município com as propriedades cadastradas.
- q) Visualização de estatísticas de quantidade de propriedades e número de proprietários que possuem endereço de correspondência diferente do município de propriedade.
- r) Deve ser possível verificar no mapa da propriedade após o desenho do polígono todas as aptidões agrícolas existentes.

### **Parágrafo Segundo**

Controle dos procedimentos fiscais.

- a) Tendo em vista que o Portal ITR, possui limitações para o controle dos procedimentos fiscais, é necessário que a Prefeitura possa ter um sistema que facilite o controle e emissão de documentos para a fiscalização efetiva.
- b) Inclusão de informações de procedimentos fiscais, como número do NIRF, nome do imóvel, ano do procedimento fiscal, e parâmetro de fiscalização.
- c) Controle e rastreio de A.R (Aviso de recebimento) dos correios;
- d) Calculadora para ajuste de rebanho com base no índice de ocupação da IN 256/02;
- e) Emissão de Termo de Juntada de Aviso de Recebimento- AR para cada etapa de procedimento fiscal;
- f) Emissão de encaminhamento de processos (com e sem impugnação) à Receita Federal do Brasil, conforme Norma de Execução Cofis nº 2, de 5 de julho de 2013;



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

- g) Alertas para o controle de prazos dos procedimentos fiscais;
- h) Emissão de A.R digital.
- i) O sistema deverá possuir verificação de etapa do procedimento fiscal, e alterar de forma automática quando houver recebimento do A.R – Aviso de Recebimento postal.

**Parágrafo Terceiro**

Além do sistema contendo as exigências acima a empresa deverá prestar os seguintes serviços:

- a) Atendimento à fiscalização de forma não presencial, em horário comercial das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, por meio síncrono ou assíncrono se o atendimento for realizado no modo assíncrono, a resposta à consulta deverá ocorrer em até 12:00 horas, observado o horário comercial.
- b) Atendimento presencial em horário agendado previamente com o funcionário do município, com regularidade de no mínimo 1 vez a cada 15 (quinze) dias.
- c) Todos os custos relativos às visitas técnicas, como por exemplo deslocamentos, refeições e hospedagens, correrão por conta da contratada.
- d) A empresa deverá manter um canal de atendimento para suporte a decisão-análise dos laudos agrônômicos. Emitindo pareceres com informações necessárias para o respaldo do fiscal municipal na decisão.
- f) Atendimento ao produtor rural com orientações e emissão de laudo de valor de terra nua.
- g) Levantar e identificar propriedades que possuem divergências de informações, comparativos com os valores declarados e valores previstos pela aptidão agrícola e localização do imóvel.
- h) Realizar levantamento e cruzamentos dos dados nos diversos cadastros que as propriedades rurais são submetidas como: CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, CAR - Cadastro Ambiental Rural e CAFIR- Cadastro de Imóvel Rural que são sistematizados criando um banco de dados das propriedades rurais do município.
- i) A empresa se responsabiliza pelo envio do Valor de Terra Nua anualmente enquanto durar o contrato e apresentação de laudo de avaliação conforme as normativas da Receita Federal.
- j) Durante todo o período de contrato a empresa irá orientar a equipe da Prefeitura para atender todas as exigências da Receita Federal a fim de permanecer com o Convênio do ITR ativo.
- k) Treinamento de utilização do software e consultoria para monitoramento de resultados.
- l) Trabalho de levantamento de informações dos proprietários bem como as declarações do ITR;
- m) Realização de reuniões com contadores;
- n) Levantamento do Número de Imóvel Rural junto à Receita Federal - NIRF's inscritos indevidamente em municípios vizinhos;
- o) Apoio na fiscalização e orientação da documentação da malha fiscal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

O valor total para a execução do serviço é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_), (em moeda corrente nacional), daqui por diante denominado VALOR CONTRATUAL.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceitação da nota fiscal pelo Departamento de Compras.

Deverá constar na Nota Fiscal:

1. Número Licitação;
2. Número Contrato;
3. Número Aditivo/Apostilamento, (se houver);
4. Recebimento conforme Decreto 16926/2021;
5. Especificar (emitir relatório de local onde foi destinado);
6. Anexos para todas as notas: Todas as negativas fiscais mais CNDT.

**Parágrafo Primeiro**

A data para entrega das Notas Fiscais será até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, após esta data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente.

**Parágrafo Segundo**

Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro rata tempore” do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE).

**Parágrafo Terceiro**

A licitante vencedora deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, possuindo somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC. O custo atual varia entre R\$ 8,00 (oito reais) a R\$ 10,00 (dez reais) por operação.

**CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO**

As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO			
Exercício da Despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
2021	01760	06.001.04.122.0003.2025	00000

**CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE**

O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data limite para apresentação da proposta (será considerada a data da abertura da licitação), pela variação do IPCA-IBGE.

**Parágrafo Primeiro**

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZOS**

O objeto desta licitação, deverá ser disponibilizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do momento da assinatura do contrato.



**Parágrafo Primeiro** - O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração Municipal, nos termos do art. 57, inciso IV da Lei Federal 8666/93, por até 48 (quarenta e oito) meses.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

### **Parágrafo Primeiro**

Tratar as questões inerentes ao serviço com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa deste último;

### **Parágrafo Segundo**

Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

### **Parágrafo Terceiro**

Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

### **Parágrafo Quarto**

Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

### **Parágrafo Quinto**

Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Executar o objeto de acordo com as orientações do fiscal do contrato;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade do produto ou serviço;
- c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à contratada o direito de indenização;
- d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

### **Parágrafo Sexto**

Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.



## **CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto registrado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à prefeitura do município, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V - A licitante vencedora que deixar de celebrar a ata, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata e das demais cominações legais;

### **Parágrafo Primeiro**

As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

### **Parágrafo Segundo**

A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

### **Parágrafo Terceiro**

A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pela empresa detentora do registro de preços, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

### **Parágrafo Quarto**

Com fundamento no artigo 154 da lei estadual n.º 15.608/2007, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.

**Parágrafo Quinto**

Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar justificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

**Parágrafo Sexto**

Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - lei federal nº 8.078 de 11/09/90;

**Parágrafo Sétimo**

Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e acompanhamento do contrato é de responsabilidade da(o) Secretária(o) da pasta da Secretaria de Administração e Finanças.

**Parágrafo Primeiro**

A fiscalização da execução do contrato será realizada nos termos da Lei 8.666/93, a responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços será (o)a Sr(a). Sandra Maria Nicaretta, sendo nomeado(a) como suplente (o)a Sr(a). Romoaldo Nicolodi.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº. 8.666/93.

**Parágrafo Único.** A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 8666 de 21 de junho de 1993 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado. Aplica-se também a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.



## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480 de 30 de julho de 2020.

### **Parágrafo Primeiro**

Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## **Parágrafo Segundo**

Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental: A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº. 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Dois Vizinhos para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Dois Vizinhos /PR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**Luis Carlos Turatto**  
**Prefeito**

**Empresa Contratada**  
**CNPJ nº**



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**ANEXO IV – PROPOSTA FINANCEIRA**

**A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**

A licitante \_\_\_\_\_ inscrita no  
CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_ com sede à Rua/Avenida  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na  
cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP nº -  
\_\_\_\_\_, Telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_ por  
meio de seu responsável legal Sr. \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_,  
RG nº \_\_\_\_\_, propõe ao Município de Dois Vizinhos a execução do  
constante no objeto do edital de **Tomada de Preços nº 003/2021** o seguinte:

1. Informar obrigatoriamente o preço unitário expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;

Item	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
1			

2. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da licitação.
3. DADOS BANCÁRIOS: Banco - Agência - C/C:
4. Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.
5. A licitante vencedora deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, possuindo somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC. O custo atual varia entre R\$ 8,00 (oito reais) a R\$ 10,00 (dez reais) por operação.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Representante legal que firma a proposta  
Assinatura



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

À Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná

Ref.: **TOMADA DE PREÇOS nº 003/2021**

Empresa:....., CNPJ: .....  
responsável legal: ....., CPF: .....  
endereço:.....

1- Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalvamos ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2- Declaramos que a responsabilidade técnica fica a cargo do profissional ....., CPF nº ..... entidade de classe nº ..... sendo o mesmo responsável técnico pela execução dos serviços com registro na entidade de classe para emissão de laudo de valor de terra rua. (O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante). É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de uma proponente.

3- Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) ....., Portador(a) do RG nº ..... e CPF nº .....

Declaramos ainda outros dados da empresa:

**NOME DA FANTASIA:** .....

**RAMO DE ATIVIDADE Nº:** .....

**INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:** .....

**INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº:** .....

5- Declaro para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

6- Declaramos de que a empresa não contratará empregados com **INCOMPATIBILIDADE** com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone: ( )**



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

**8-** Declaramos que a empresa contribui para a promoção do **DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL** no cumprimento de diretrizes e critérios de Sustentabilidade Ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 8666/93 e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010.

**9-** Indicamos como preposto da empresa o(a) Senhor(a)....., inscrito(a) no CPF sob o nº....., RG nº....., e-mail....., número de telefone fixo (.....) ..... e/ou também de celular (.....) .....; (em caso de alteração das informações descritas nesta declaração durante a execução do contrato, a proponente deverá oficializar o fiscal e gestor do contrato para atualização dos dados).

**10-** Declaramos, expressamente, que a empresa se sujeita às condições estabelecidas no edital de Tomada de Preços nº 003/2021.

..... de 2021.  
Local e Data

Assinatura do Responsável Legal da empresa

**Carimbo do CNPJ da empresa**



**ANEXO VI – PONTUAÇÃO TÉCNICA**

Fator	Descrição	Pontuação		
		Atende (3)	Atende em partes (1,5)	Não atende (0)
1	Controle das comunicações e prazos fiscais eficiente e seguro, com emissão de notificações e intimações de forma prática e 100% digital;			
2	Identificação dos imóveis por imagens de satélite de última geração, possibilitando a identificação de plantios, instituição de reserva legal, área consolidada, dentre outras;			
3	Possibilidade de calcular o valor de terra nua de cada imóvel rural cadastrado, e visualização no mapa da propriedade das características de aptidão agrícola conforme a IN 1877/2019;			
4	Calculadora para ajuste de rebanho em conformidade com a Instrução Normativa SRF nº 256/02;			
5	Apresentar gráficos com relação de números de proprietários e também a quantidade de proprietários de fora do município;			
6	Emissão de Termo de Juntada de AR e de encaminhamento de processos (com e sem impugnação) à Receita Federal do Brasil, conforme Norma de Execução Cofis nº 2, de 5 de julho de 2013;			
7	Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) para o armazenamento seguro das informações coletadas em um DataCenter com acesso exclusivo ao fiscal para arquivamento de dossiê, processos eletrônicos;			
8	Apresentar mapa com as propriedades cadastradas e seus respectivos mapas, com acesso direto ao cadastro do imóvel através de botão no mapa;			
9	Possibilitar emitir relação de propriedades cadastradas e se possui mapa ou não;			
10	Possibilitar pesquisa de proprietários e levantar número de propriedades cadastradas;			
11	Ferramenta para inclusão dos valores			



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	de terra nua a cada ano e valor arrecadado;			
12	Emitir laudo de avaliação de valor de terra nua de cada imóvel rural cadastrado bem como cadastrado da propriedade. No cadastro da propriedade deverá aparecer o mapa do imóvel com a demarcação das aptidões agrícolas;			
13	Comprovação de atestado de capacidade técnica. Atestado deverá conter o detalhamento técnico dos Programas atendendo a todos os Itens e Especificações do Objeto;			
14	Comprovação de registro na entidade de classe da Empresa participante do CERTAME;		x	
15	Certidão de Acervo técnico do profissional com vínculo na empresa participante de emissão de laudo de valor de terra nua. <u>O cálculo deverá ser feito da seguinte forma:</u>	<u>10 pontos</u> <u>cada,</u> <u>máximo de</u> <u>20</u>	<u>5 pontos</u> <u>cada –</u> <u>máximo de</u> <u>20</u>	x
16	Atestado de capacidade técnica de locação de sistema de cadastramento de imóveis. <u>O cálculo deverá ser feito da seguinte forma:</u>	<u>10 pontos</u> <u>cada,</u> <u>máximo de</u> <u>20</u>	<u>5 pontos</u> <u>cada –</u> <u>máximo de</u> <u>20</u>	x
<b>Total</b>				